

# Diário do Legislativo de 15/04/2003

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

1.1 - 22ª Reunião Ordinária Interrompida - Destinada a receber a Sra. Maria José Feres, Secretária do Ensino Fundamental do Ministério da Educação

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATA

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 10/4/2003

Presidência do Deputado Rêmolo Aloise

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Palavras do Deputado Rogério Correia - Palavras da Secretária Maria José Feres.

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Maria José Feres, Secretária do Ensino Fundamental do Ministério da Educação; Maria do Carmo de Lacerda, representando a UFMG; Neide Wood Almeida, representando a UEMG; Rosaura de Magalhães, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; e Analise de Jesus da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Educação; e os Exmos. Deputados Dalmo Ribeiro Silva, representando a Comissão de Educação desta Casa, e Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem a esta reunião.

### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a receber a Secretária Maria José Feres, que fará exposição sobre a política educacional do Governo Federal, em especial a do ensino fundamental, e seus reflexos em Minas Gerais.

### Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Senhores e Senhoras, inicialmente quero dizer da satisfação da Comissão de Educação, na pessoa de seu Presidente, Deputado Adalclever Lopes, em recepcionar a Profa. Maria José Feres. E, por delegação muito especial a mim concedida pelo Presidente Rêmolo Aloise, quero dar-lhe as boas-vindas. Durante sua permanência na Secretaria de Educação de Minas Gerais, V. Exa. prestou relevantes serviços a esta Comissão e à educação de Minas. Realizamos vários debates e, com o brilho de sua inteligência, procuramos destacar a educação como meta primordial do Governo Itamar Franco. Devo dizer a V. Exa., merecidamente escolhida para comandar os destinos do ensino fundamental em Brasília, que avançamos muito, graças à política de nosso Governador Aécio Neves e à competência da nossa Secretária Vanessa Guimarães Pinto, que não tem medido esforços em todos os segmentos e desdobramentos da educação mineira. Ao completar 100 dias de Governo, nosso Governador já

confirmou sua participação efetiva, junto à Secretaria de Educação, no trabalho pedagógico e curricular. Quero agradecer a vinda de V. Exa. no momento em que discutiremos o ensino fundamental. Ontem estivemos na Câmara Municipal discutindo o ensino médio. Neste momento, parlamentares e educadores devem atuar num processo convergente através da educação e daqueles que podem trazer suas experiências e conhecimentos. Tenho certeza de que poderemos contar sempre com a inteligência de V. Exa. Minas, nessa constelação de grandes educadores, sob o comando da nossa Secretária Vanessa, do nosso Conselho Estadual de Educação, da nossa Comissão e desta Casa, caminhará em busca de recursos, ações e pleitos que visem resgatar a qualidade de ensino que jamais poderá perder. Para encerrar, cumprimento o Deputado Rogério Correia, autor do requerimento, sempre preocupado com os legítimos interesses da educação, segurança e saúde, particularmente nesse momento em que é grave a situação da segurança nas escolas. Vários acontecimentos violentos têm envolvido alunos e professores. Para isso, o debate e a reflexão são necessários, e nada melhor que sermos brindados com sua fala e experiência. Agradeço, antecipadamente, em nome da nossa Comissão e do nosso Presidente Rêmolo Aloise. Certamente, a Assembléia Legislativa será o elo entre os Governos Federal e Estadual. Muito obrigado.

#### Palavras do Deputado Rogério Correia

Exmo. Presidente Rêmolo Aloise; Exmas. Sras. Maria José Feres, Maria do Carmo, Neide Almeida, Rosaura Magalhães, Profa. Analise; Deputado Dalmo Ribeiro Silva; demais Deputados; professores; telespectadores da TV Assembléia, apresentei esse requerimento, na verdade, atendendo ao desejo dos Deputados de poderem, neste período ainda recente da virada no Brasil, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, apreciar, ainda que de modo inicial, as perspectivas de mudanças anunciadas para o País.

Recentemente, a Ministra Marina Silva esteve aqui e nos contou um pouco de sua experiência à frente do Ministério do Meio Ambiente. Fui a Brasília e conversei com a Secretária Maria José Feres. Convidei-a para debatermos os 100 dias do Governo Lula na área de educação, especialmente no que se refere a sua experiência à frente da Direção do Ensino Fundamental.

Orgulha-nos muito termos uma mineira, de Juiz de Fora, ocupando posto tão importante na educação brasileira. O Deputado Biel Rocha, representante do Bloco PT - PC do B na Zona da Mata, também concorda. Honra-nos muito a dedicação que a Profa. Maria José Feres dispensa à educação pública de Minas e, agora, à do Brasil.

Tive a satisfação de ser Deputado na Legislatura passada e percebi a presença positiva da Professora na Secretaria Adjunta de Educação - à qual se referiu o Deputado Dalmo Ribeiro Silva - e, posteriormente, na Secretaria Municipal de Coordenação de Política Social da Prefeitura de Belo Horizonte, onde realizou trabalho extremamente positivo em prol da educação na Capital.

Creio que teremos grata satisfação, pois esse trabalho poderá ser feito também nessa área, no Brasil, a partir da atuação do Ministro Cristóvão, ex-Governador de Brasília, hoje Senador e Ministro, e de toda a sua equipe, em especial a Professora, na área do ensino fundamental.

Sei que a tarefa não é fácil, e está apenas no início. Certamente, 100 dias são poucos para se sentir mudança tão necessária e profunda no ensino brasileiro.

Nesta Casa, debatíamos os 100 dias de Governo Aécio Neves. Alimentamos expectativas de que alterações ocorram para melhor. Compreende-se que o tempo é pouco, mas observa-se que rumos começam a ser delineados. O compromisso do Governo Lula é com o povo, ou seja, mais profundamente, com a sociedade brasileira. Herdamos oito anos de projeto que não deu certo no Brasil e, nas últimas eleições, foi derrotado na sua essência. Derrota não apenas eleitoral, mas política. Espera-se que se possa desenvolver alternativa real, mais humana, de igualdade social, enfim, que a questão social tenha relevância e seja não mais a vontade, simplesmente, do mercado. Esse compromisso fez com que o Presidente Lula fosse eleito.

No caso da educação, há a necessidade de mudanças, pelas quais nós e a Secretária Maria José, esperamos com muita ansiedade. Os dados de 1999 - fiz questão de usar dados oficiais, para citar exemplos - mostram que houve evidente avanço do ponto de vista de massificação do ensino fundamental no País. Hoje, mais de 95% das crianças entre 7 e 14 anos estão matriculadas nas escolas. Se, de fato, essa massificação existiu - e existiu -, apenas 59% das crianças que iniciam o ensino fundamental completam os oito anos de estudo. Isso é muito pouco. Apenas 27%, um pouco mais dos adolescentes de 14 anos, cursam a série correspondente à sua idade. É um dado realmente assustador, mostrando que muito se deve melhorar no ensino fundamental. Se analisarmos as crianças abaixo de 7 anos - matriculadas -, os dados são muito mais alarmantes, porque, no caso da educação infantil, não existe sequer um fundo próprio, como há o FUNDEF. Se analisarmos o ensino médio, os dados também são assustadores. Não há hoje massificação no ensino médio, pois, também, não existe um fundo para isso no País.

Esses dados põem o Brasil atrasado, do ponto de vista do ensino, em relação a países mais pobres. Se fizermos análise da quantidade de estudo, veremos que os dados da Comissão Econômica da América Latina e Caribe - CEPAL - indicam que, na média, os trabalhadores brasileiros possuem 6,1 anos de estudo. No caso do Chile, isso aumenta para 10,4, e do México, para 9,5 anos de estudo. Assim, dá-se ao trabalhador brasileiro quantidade muito pequena de escolaridade. Enumeraria outros dados, mas acredito que esses servem para exemplificar a necessidade de se avançar na educação brasileira.

O que a União gasta com educação no Brasil no que tange ao ensino fundamental, por exemplo, é muito pequeno em relação ao que Estados e municípios gastam. É tarefa para a União reverter esse quadro. Deve-se pô-la como co-responsável pelo ensino de maneira global. Essa era uma das plataformas do Presidente Lula durante sua campanha presidencial.

Sra. Secretária, cito esses dados para que façamos as mudanças esperadas. Obviamente, não de uma vez ou em 100 dias. Tenho certeza de que já existe um projeto para isso acontecer de maneira real em nosso País. O nosso convite é exatamente para que busquemos conhecer um pouco das dificuldades encontradas, mas também com esperança por dias melhores no sistema educacional brasileiro.

Agradeço à Profa. Maria José Feres. Tenho certeza de que Minas Gerais, também no campo da educação, dará ao Brasil maior qualidade em termos de nível de vida para o nosso povo. Muito obrigado.

#### Palavras da Secretária Maria José Feres

Cumprimento os Deputados e Deputadas e agradeço a iniciativa do Deputado Rogério Correia, por proporcionar a oportunidade de discutir nesta Casa não os 100 dias de Governo, mas as propostas de política educacional para o ensino fundamental que estamos começando a desenvolver no Ministério da Educação. Agradeço ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva pela sua gentileza, por suas palavras e pela sua saudação.

Tenho muito prazer de estar em Minas Gerais - como boa mineira, fico feliz com isso - e de estar nesta Assembléia Legislativa para discutir pontos da política educacional do Governo Federal. Trata-se de uma política que estamos, de fato, construindo, como é nossa marca e característica. Não temos como princípio ter as receitas prontas e chegar decretando mudanças. Essa não é a plataforma do Presidente Lula nem o método com o qual sempre trabalhamos, até mesmo em Governos Estaduais e Municipais. O nosso método é o da construção, da discussão, do pacto, de procurar formular consensos e trabalhar coletivamente. Então, tudo o que direi são propostas que pretendemos levar à

discussão, junto com os Poderes Legislativos estaduais e federal, os quais, certamente, terão contribuições decisivas para esse processo, com as instituições de ensino superior, Estados, municípios e trabalhadores em educação, por meio dos seus sindicatos e das suas confederações, enfim, com todos os atores que têm compromisso com a mudança da sociedade brasileira e com a importância que a educação representa nesse processo.

O Ministro Cristóvam Buarque tem dito que temos dois grandes desafios nesses quatro anos de Governo. Temos até dito que não se trata de uma corrida de 100 metros, mas de uma maratona.

Primeiro, consolidar a República. Dar a esse País, de fato, um choque de republicanismo, garantindo-se cidadania, sociedade justa, igualitária e fraterna, enfim, consolidando-se os pressupostos da República. Segundo, fazer uma segunda abolição. Se tivemos há um século a abolição da escravidão, hoje precisamos falar sobre a abolição da miséria, da pobreza e da injustiça social. Acostumamo-nos a contornar e a assistir, mas não a abolir. Damos assistência aos meninos de rua, mas raramente pensamos em como abolir essa situação. Poderia dar uma série de outros exemplos. Precisamos de fato garantir, com a segunda abolição e com a consolidação da República, um processo de mudança, que elegeu o Presidente Lula e que possa fazer do Brasil uma sociedade justa, democrática e igualitária.

A educação, para nós, tem um papel fundamental nesse processo. Temos procurado discutir três grandes temas na política educacional. O primeiro é o analfabetismo de adultos num País como o nosso que, no século XXI, ainda tem 20 milhões de analfabetos. Não se trata de melhorar a situação dos analfabetos, nossa proposta é a abolição do analfabetismo, portanto, é a inclusão desses 20 milhões de adultos no mundo letrado.

O segundo tema é a chamada "escola ideal", aquela bem equipada, com bons profissionais, professores bem formados e valorizados, com equipamentos modernos, bem construída, um lugar onde os alunos aprendam, porque isso é fundamental. Talvez não consigamos isso em quatro anos, mas não podemos abrir mão dessa escola e temos que plantar as estruturas para que ela seja construída.

O terceiro tema diz respeito ao ensino superior. Precisamos rediscutir a questão da universidade brasileira e procurar, de fato, a construção de uma nova universidade compromissada com seu tempo, com a sociedade, com a justiça social, com as mudanças que o País precisa e com a nova era do conhecimento.

Cabe a mim, nesta Assembléia, falar do ensino fundamental. Temos trabalhado alguns eixos que podem contribuir para construir essa "escola ideal" ou, como se chama no programa do Presidente Lula, a escola do tamanho do Brasil. Uma inclusão que não se faça só por meio de uma matrícula. O Deputado Rogério Correia tem os dados e colocou muito bem que nos últimos anos o ensino fundamental avançou. Temos 96% das crianças de 7 a 14 anos matriculadas na escola. Como proposta educacional para se mudar a face da educação brasileira, isso não significa que elas estejam incluídas. Por que não estão ainda totalmente incluídas? Porque continuam ocorrendo indicadores sérios em relação à distorção idade-série, à permanência do aluno na escola, ao sucesso escolar, ao tempo de conclusão do ensino fundamental e ao prosseguimento para o ensino médio. A inclusão supõe que, uma vez matriculados, nossos alunos, crianças e adolescentes tenham condições de permanência e de sucesso na escola para que possam prosseguir rumo ao ensino médio. A inclusão, ao contrário do que muitos pensam, continua sendo um desafio para que aconteça de verdade e para que não exista apenas na estatística.

Iniciamos o processo de divulgação com medidas relacionadas aos resultados encontrados. Segundo o Projeto SAIEB, 57% das crianças de 4ª série apresentam graves problemas de letramento. Após quatro anos na escola, em torno de 2,8% são analfabetas; 17% lêem, mas não identificam informações básicas no texto, correspondendo a quase 40% de analfabetismo total e funcional; e 18% lêem, identificam informações básicas, mas nada interpretam. Essas competências deveriam ter sido adquiridas até a 4ª série. Em graus diferenciados de dificuldades, temos um estrangulamento relativo à leitura na escola pública, a partir da 4ª série. Se a criança não se incluir no mundo letrado, ficará estrangulada.

Como disse o Deputado Rogério Correia, apenas 57% das crianças concluem o ensino fundamental. Se a criança não tiver acesso à leitura até a 4ª série, a situação se complicará. Preocupo-me muito, pois esse quadro representa uma tragédia nacional. Estar matriculada não significa a inclusão da criança no mundo da cultura. A inclusão permite a formação do jovem como cidadão. Trabalhamos arduamente para fazer reverter a situação. Ao sair da Secretaria de Educação Fundamental, se tiver conseguido alteração sistemática da curva da avaliação, serei uma brasileira satisfeita, quase com a missão cumprida.

Como mudar esse quadro? Diretrizes nacionais de uma proposta político-pedagógica deverão ser construídas com Estados e municípios. Faz-se necessário que a União cumpra o papel estabelecido no art. 8º da LDB, coordenando, acompanhando, monitorando e regulando a educação nacional. Não pretendemos interferir na autonomia dos Estados e municípios. O pacto federativo tem de ser mantido, mas também há necessidade de se explicitarem e discutirem certas questões e de se estabelecerem critérios para o regime de colaboração. Entretanto, a política nacional de educação deve ser regulada. Esforçamo-nos para pactuar diretrizes nacionais com Estados, municípios, trabalhadores, instituições de ensino superior, Poder Legislativo e outros, e, em segundo lugar, incentivar, de fato, a criação de sistemas estaduais de avaliação articulados com o sistema nacional.

Terceiro ponto, que considero crucial: trabalhar uma política nacional de formação inicial e continuada e de valorização dos profissionais da educação, em especial dos professores e especialistas, porque são os atores fundamentais para a mudança desse quadro. Devemos reconhecer que o estudante, a criança é o nosso sujeito de direitos na educação - que não é privilégio mas direito fundamental -, e que o ator responsável pelo processo é o profissional da educação. Daí, estaremos rediscutindo projetos de valorização dos professores. Vários deles já estão em andamento. O Ministro está levando isso à frente, em outras esferas do Governo, para que possamos começar a pactuar com os Estados, os municípios e os trabalhadores da educação.

O que significa valorizar o professor? Significa não ter medo de discutir, por exemplo, piso salarial. Precisamos ter coragem de abrir esse debate na Federação. O FUNDEF melhorou: havia pessoas que ganhavam R\$20,00 e passaram a ganhar R\$120,00, mas ainda tenho professores ganhando R\$120,00, R\$150,00, R\$180,00 e R\$200,00. E é difícil dizer-lhes que sejam aplicados, bons e estudiosos e que acessem a cultura. Por isso, é preciso rediscutir o piso salarial.

Na minha proposta, talvez isso signifique dizer que, depois de pactuado e acordado, neste País nenhum professor pode receber menos que tanto, esteja onde estiver, do Oiapoque ao Chuí. Apesar de algumas cidades terem um custo de vida mais baixo, o professor tem que ter acesso ao livro, à cultura, o que não é barato em lugar algum do País. É preciso chamar o professor para a República e dizer-lhe que, nesta Nação, ele é uma figura fundamental para sua consolidação. Tudo isso é polêmico e deve ser acordado intensamente, por isso está sendo tão estudado. Propostas são propostas.

Temos que enfatizar também as diretrizes da carreira, sem o que não valorizaremos o professor. Existem diretrizes nacionais de carreira estabelecidas pelo CNE. Não são o paraíso, mas são o que podemos ter: boas. Não sei se estão sendo implementadas e, por isso, faremos levantamento de toda a situação nacional, pois a valorização do professor tem que passar por planos de carreira adequados. Não exigiremos nada impossível de ser realizado, mas costumo dizer que persigo o impossível para conseguir o melhor, porque, se começar a perseguir o fácil, não chegarei ao melhor.

Além de carreira e salário, é importante uma política nacional de formação inicial e continuada de professores. Para isso, discutiremos com as instituições de ensino superior o que é formar um professor. Essa discussão deve ser para valer.

Venho da universidade, sou também professora formada e sei como tudo funciona. Não quero saber como o Departamento de História - minha área - forma um historiador, mas como forma o professor de História. O mesmo digo com relação aos professores de Química, Geografia, Língua Portuguesa. Quem é responsável por formar professores, e não bacharéis, químicos, etc.?

Entendo que as universidades federais possuem um déficit razoável, principalmente na área de ciências exatas. Os professores de Química, Matemática, Física e Biologia são espécies em extinção. As universidades federais formam um e meio ou dois profissionais por ano.

O País tem de acordar e promover a segunda abolição. As universidades federais enfrentam esse problema, mas não se trata apenas dessa questão. A grande massa dos professores, por todas as injunções que conhecemos, não está sendo formada pelas universidades públicas. Essas agentes precisam ser mobilizadas para discutir a matriz tanto da formação inicial dos professores quanto da continuada. Com relação à formação continuada, defendemos uma política a ser pactuada com os Estados e com os municípios. Ela deverá acontecer com o professor em serviço, com tempo na carreira e na jornada de trabalho. A carreira é importante e deve ser articulada com a formação inicial e com o suporte das instituições de ensino superior.

Precisamos cuidar da emergência e, ao mesmo tempo, fechar a torneira. Há uma distorção altíssima com relação à idade e à série em todas as redes do País. Cuidar da emergência significa criar projetos pedagógicos, por exemplo, de aceleração, para que esses alunos sejam reintegrados ao seu fluxo normal. Os anos têm demonstrado que apenas isso não resolve a questão, senão teremos de continuar com esse processo para o resto da vida. Ao mesmo tempo em que temos de socorrer essa geração que está na escola, é muito importante criarmos uma política estrutural que paralise esse processo. Temos de acabar com a causa dessa distorção. Para isso, tem de haver um projeto estruturante que mude a política educacional em alguns aspectos fundamentais. O aspecto fundamental dessa mudança é a política de formação dos professores, tanto inicial, quanto continuada, acoplada à valorização. Por uma questão política e emergencial, temos dado muita ênfase ao que seja valorizar e formar. Esse projeto está em andamento.

Além da gestão do sistema e das escolas, investindo nas gestões democráticas, estamos organizando o Fórum Nacional da Educação, conforme proposta do Presidente Lula, para que desempenhe o papel de acompanhamento e o monitoramento das políticas nacionais de educação.

Esse fórum seria financiado da forma como passamos a detalhar. Dispomos de duas linhas de trabalho importantes. A primeira é o reajuste do FUNDEF. Tivemos muitos problemas com relação a esse Fundo. Assumimos o Governo em janeiro, e o custo por aluno do FUNDEF deveria ter sido reajustado, por decreto, até o dia 31 de dezembro. Isso não ocorreu. Imagino que tenha sido por uma gentileza, para que pudéssemos reajustar. O Governo anterior abdicou de fazer isso. Quando chegamos, tínhamos de aplicar o reajuste do custo por aluno do FUNDEF até o dia 25 de janeiro, já com o decreto do Presidente da República assinado, para que, no dia 30, os Estados pudessem receber a complementação ou nada, nem o velho, nem o novo, porque não havia mais decreto. Tivemos de fazer isso a partir de um orçamento pronto e de um plano plurianual também aprovado. Aliás, o plano plurianual que está em vigor é o elaborado há três anos. Este Governo passará a ter o seu plano plurianual a partir do ano que vem. Estamos começando a discuti-lo neste momento. A sociedade será ouvida, e uma série de instrumentos serão utilizados para a sua elaboração.

Com orçamento e plano plurianual prontos, ou nós reajustávamos o custo-aluno novamente de uma forma que não queríamos, ou admitiríamos o atraso do repasse aos Estados em janeiro. O Ministro Cristóvam, responsabilmente, assumiu a primeira opção, ou seja, fazer o reajuste do orçamento previsto, não atrasar o repasse em janeiro e, ao mesmo tempo, criar um grupo de trabalho para fazer novo reajuste ainda este ano. Isso foi feito.

Todos conhecem a história do FUNDEF. A lei do FUNDEF, de fato, nunca foi cumprida. Quem está aqui, que já foi Prefeito, sabe disso. O custo-aluno sempre foi arbitrado. Pela lei, o custo-aluno deveria ser a média do custo-aluno dos Estados, o que daria hoje cerca de R\$733,00. Reajustamos, em janeiro, em R\$446,00 da 1ª à 4ª séries e em R\$468,00 da 5ª à 8ª, acima do que estava previsto. Estavam previstos, de fato, R\$434,00 e R\$456,00. No sufoco, conseguimos colocar mais R\$12,00 em cada um dos espaços. Foi um reajuste pífio, não agradou ao Ministro, nem a mim, nem ao Presidente da República. Estamos cobrindo quatro Estados com esse reajuste. É o que já vinha sendo feito havia muitos anos. Sempre foi assim, a cobertura era, no máximo, de 4 Estados, quando a União deveria complementar 12 Estados.

Formamos um grupo de trabalho, e o resultado foi entregue ao Ministro Cristóvam. Enviamos o estudo com os respectivos avisos ministeriais à Fazenda e ao Planejamento. Já se faz uma articulação entre esses Ministérios, e estamos procurando uma alternativa, ainda este ano, de reajuste para o valor-aluno do FUNDEF.

A simulação que acredito ser possível não é a ideal. Temos seis simulações; a sexta representa os 100%, ou seja, cumprir a lei. O cumprir a lei, hoje, significa conseguirmos colocar no orçamento, que já estava pronto, mais R\$4.000.000.000,00. Temos R\$395.000.000,00. Então, fica difícil. Tenho uma proposta que acho mais viável, a qual está sendo encaminhada com negociações dentro do Governo, qual seja a de aumentar, ainda este ano, da 1ª à 4ª séries para R\$500,00 e da 5ª à 8ª séries para R\$525,00. Com esse aumento, daríamos uma cobertura de complementação da União em cerca de R\$670.000.000,00 e cobriríamos sete Estados, e não quatro. Teremos um cronograma para, gradualmente, fazermos os ajustes, a fim de chegarmos ao cumprimento da lei, pois a situação sempre foi distorcida.

Ao mesmo tempo, estamos encaminhando o estudo do anteprojeto de lei do Fundo de Educação Básica - FUNDEB -, proposta do Governo do Presidente Lula. Temos proposta de anteprojeto de emenda à Constituição, que está sendo examinada pela assessoria jurídica do Ministro da Educação, para ser discutida dentro do Governo e para ser levada à discussão com Estados, municípios e o Poder Legislativo. O FUNDEB é, de fato, um grande empreendimento, envolve vários atores, é polêmico. É importante tomar a iniciativa de termos pelo menos um anteprojeto, feito em articulação com o estudo do próprio FUNDEF, para que se tenha um texto que sirva de base para a discussão do FUNDEB. Temos uma meta pretensiosa - não sei se vamos alcançá-la, mas trabalharemos para isso - de, no ano que vem, termos o FUNDEB implantado. Assim, garante-se mais dinheiro para a educação infantil, mais dinheiro para o ensino médio e o financiamento da educação básica.

Isso implica que a União também precisa entrar com mais recursos. Não só implica a mudança do fundo nos Estados e nos municípios, como implica que a União entre com mais recursos. Não tenho a ilusão de que a União possa entrar com todo o recurso de uma vez, até porque, se no FUNDEF preciso de R\$ 4.000.000.000,00, no FUNDEB preciso de quase o triplo disso.

Mas poderíamos ter um cronograma em que, gradualmente, a União fosse aumentando a sua complementação, o seu índice de participação no financiamento da educação básica. Esse estudo é interessante. Está numa fase embrionária, porque é apenas um anteprojeto de proposta de emenda à Constituição, mas já existe um grupo grande trabalhando em contas, repercussões financeiras, em formas de se poder viabilizar o FUNDEB.

Repito, vai implicar impacto com o Estado e os municípios. Trata-se de uma questão complicada, mas na qual eu aposto muito. É um tipo de medida que pode avançar no financiamento da educação básica, pode dar-nos melhores condições para o atendimento da educação, que, como já disse, apresenta déficit enorme, e para universalização do ensino médio, mesmo que seja de forma progressiva.

Em linhas gerais, era isso. Temos outras coisas que seria importante discutir. Agradeço muito a atenção de todos e a possibilidade de ter vindo aqui. Espero que essa seja a primeira de várias conversas não só aqui, mas também em Brasília. E que possamos, de fato, construir juntos essa política que faça da educação nacional uma prioridade para construir a sociedade que tanto sonhamos: justa, democrática e igualitária. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - A Presidência agradece a honrosa presença da Secretária, das demais autoridades e dos convidados.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária, em 15/4/2003

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Prosseguimento do Fórum Técnico: "A Reforma da Previdência Social".

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.472, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.471, que cria cargos na estrutura orgânica das Secretarias dos Tribunais de Alçada e de Justiça Militar do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário o Deputado Dinis Pinheiro opinou pela manutenção do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 309/2003, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 35/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dá nova redação ao "caput" e ao § 1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7/4/2000, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 71/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 9h30min do dia 15/4/2003

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 15/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 28/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 17/2003, do Deputado Weliton Prado; 158/2003, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 381/2003, do Deputado Márcio Passos; 396/2003, do Deputado Chico Simões; 400, 418, 419 e 420/2003, do Deputado Doutor Ronaldo; 402 a 407/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 421/2003, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 15/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 69/2003, da Deputada Maria José Haueisen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 279/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 325/2003, do Deputado Doutor Viana; 328/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 348/2003, do Deputado Dimas Fabiano; 362/2003, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 363/2003, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; 370/2003, do Deputado Doutor Ronaldo; 412/2003, da Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 16/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 9h30min do dia 16/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 398/2003, do Deputado Chico Simões; 401/2003, do Deputado Doutor Ronaldo.

Finalidade: debater, com convidados, os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem de rejeitos do processo industrial da produção de celulose ocorrido no Município de Cataguases, atendendo a requerimento dos Deputados Biel Rocha e Maria José Haueisen.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 16/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 16/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 399/2003, do Deputado Djalma Diniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 24/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o Projeto de Lei nº 25/2002, do Senador Geraldo Altholff, que define o ato médico e dá outras providências e a ouvir convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 8 horas do dia 15 de abril de 2003, destinada ao prosseguimento do Fórum Técnico: "A reforma da Previdência Social".

Palácio da Inconfidência, 14 de abril de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre as Indicações dos Titulares da Fundação Clóvis Salgado, da Fundação de Arte de Ouro Preto, da TV Minas - cultural e Educativa e da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Biel Rocha, Leonardo Moreira e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/4/2003, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se proceder à arguição pública dos Srs. Mauro Guimarães Werkema e Octávio Elísio Alves de Brito, indicados, respectivamente, para a FCS e FAOP e de se apreciarem os pareceres.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre as Indicações dos Titulares da Fundação Clóvis Salgado, da Fundação de Arte de Ouro Preto, da TV Minas - Cultural e Educativa e da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Biel Rocha, Leonardo Moreira e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2003, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se proceder à arguição pública das Sras. Ângela Maria Carrato Diniz e Vanessa Borges Brasileiro, indicadas, respectivamente, para a TV Minas e o IEPHA e de se apreciarem os pareceres.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Célio Moreira, Mauro Lobo e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/4/2003, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater o tema "Políticas Públicas - Bases para a Construção de uma Nova Política Indigenista".

Sala das Comissões, 8 de abril de 2003.

Durval Ângelo, Presidente

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

#### Discursos Proferidos em 8/4/2003

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal que nos visita, imprensa e telespectador da TV Assembléia, está sendo discutido na Casa o Projeto de Lei nº 19/2003, do Governo do Estado, que estabelece o teto salarial para os servidores do Executivo. Esse projeto vem atender a um clamor da sociedade por moralização dos salários pagos aos agentes públicos. De fato, a existência de supersalários escandaliza a sociedade, gerando mais descrédito das instituições públicas.

Nós, Deputados da 15ª Legislatura, fomos eleitos para atender a esse clamor por moralidade na questão salarial e temos o dever de atuar nesse sentido, sob pena de também cairmos no descrédito. Uma forma de atuação é a aprovação do Projeto de Lei nº 19/2003, mas isso só não basta.

O Projeto de Lei nº 19/2003 estabelece que o teto de remuneração do serviço público será a remuneração do Governador, R\$10.500,00, mas esse limite é apenas para o Executivo, não atinge o Legislativo nem o Judiciário. E mais ainda: esse valor ficará defasado com o tempo e, em poucos anos, é possível que o teto seja reajustado, mas, provavelmente, esse reajuste não será repassado aos demais servidores devido ao impacto orçamentário.

Quero concluir que o problema dos altos salários não tem a ver com o valor dos salários em si, mas com a enorme desproporção entre os menores e os maiores salários. Dessa forma, junto com a fixação do teto, deve-se estabelecer um limite para a relação entre o maior e o menor salário, de forma que qualquer reajuste concedido ao topo da escala remuneratória seja inconstitucional, se não atender também a base dos servidores.

Um dos dados que a ONU usa para classificar um país quanto à distribuição de riquezas é a relação entre o maior e o menor salário.

Portanto, encaminho a esta Casa uma proposta de emenda à Constituição que fixa o limite entre a maior e a menor remuneração em 50 por 1, ou seja, o maior salário não poderá superar 50 vezes o menor, valendo para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Conto com o apoio dos colegas para a discussão dessa matéria.

É frustrante e preocupante que o pior problema enfrentado pelo Estado, a exemplo de todo o País, o desemprego, pareça longe de ser debelado. O boletim divulgado esta semana pela Fundação João Pinheiro, pelo DIEESE e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social revela que o índice de desemprego saltou de 18% em janeiro para 19,2%, um aumento, portanto, de 1,2 ponto percentual. O número de desempregados no Estado foi estimado em 426 mil pessoas.

De acordo com a pesquisa, essa expressiva elevação da taxa de desemprego deveu-se à retração do nível de ocupação, que diminuiu em 16 mil vagas, e à expansão da população economicamente ativa, acrescida de 13 mil pessoas. O desemprego atingiu principalmente a faixa de trabalhadores acima de 40 anos.

É o perfil de uma realidade que deve estender-se por tempo indeterminado, porque não estamos vendo nenhum programa emergencial sendo implementado para geração de empregos no País. Resta-nos acreditar que, com a queda do chamado risco-país, os investidores internacionais voltem seus olhos para Minas.

Infelizmente, nossa história recente, protagonizada pelo Governador Itamar Franco, deixou-nos como legado um Estado desacreditado, com a pecha de caloteiro, perdendo ainda mais espaços no contexto de investimentos do capital externo. Certamente, é esse o grande desafio do Governador Aécio Neves, que precisa urgentemente criar mecanismos para atrair esses empresários.

Estudos indicam que, na verdade, são a pequena e média empresa os principais geradores de mão-de-obra, e aí estaria a saída para a questão do desemprego; mas também aí reside a questão da carga tributária, que por si desestimula o crescimento do setor. Daí concluir-se que a reforma tributária talvez seja a mais urgente das reformas e que sua importância na geração de empregos possa ser equivalente ao Programa Fome Zero, para os famintos do vale do Jequitinhonha.

É preciso, portanto, que nós, sociedade e políticos, tenhamos em mente a necessidade de chamar a atenção do Governo para a relação desemprego "versus" reforma e, assim, possamos recuperar, o mais rápido possível, níveis de emprego neste Estado, o antídoto principal contra a violência.

Um dado que me chamou a atenção na pesquisa é que a maior parte da população perdeu emprego no setor público: 12 mil postos. E a tendência preocupante é a do recrudescimento desse quadro nesse setor, não por vontade caprichosa do Governo, mas por causa da angustiante situação de caixa do Estado, que força o Governador ao enxugamento da máquina administrativa.

O caminho, então, volta a ser a reforma tributária, necessária e urgente.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Deputado Célio Moreira, quero parabenizá-lo pela sua intenção de zelar pelo gasto público, pelos impostos dos mineiros. Ainda não tive a oportunidade de ler o projeto de lei de V. Exa., mas fá-lo-ei ainda hoje, para poder também assinar com V. Exa.

Zelar pelos salários dos funcionários públicos de Minas é idéia de maior excelência. Muitos pensam que eles estão ganhando muito, mas a grande maioria ainda necessita de um apoio maior, o que, certamente, já está sendo planejado pelo Governador Aécio Neves, que mandou um projeto de lei para esta Casa, para uma análise de seu próprio salário e dos Secretários.

Essa matéria vem ao encontro da necessidade e intenção de todos nós, Deputados Estaduais. Portanto, venho aqui me solidarizar com V. Exa.

Fico feliz também, porque, nesta semana e na passada, o Brasil tem recebido boas notícias: o dólar e o risco-país têm caído, demonstrando a credibilidade do Governo brasileiro no exterior.

Isso é muito bom para todos nós. Solidarizo-me com o Governo Federal pelo empenho em melhorar a área econômica do País. Isso vem demonstrar que há solução para os problemas do Brasil e que venceremos. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Deputado Leonardo Quintão. Esse projeto ajudará bastante não apenas o Executivo, como também o Legislativo e o Judiciário. Com relação aos outros Governos, o projeto, como está, não garante essa posição entre o maior e o menor salário. Conto com a solidariedade dos nobres Deputados, para que possamos aprovar o nosso projeto. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e povo mineiro, hoje comemoramos o Dia Mundial da Saúde. Não sei se em nosso Estado há algo a comemorar. A cada dia a situação da saúde pública do nosso País fica mais longe de uma solução ou, pelo menos, da esperança de um nível aceitável de atendimento à população.

Interrompo o meu pronunciamento para cumprimentar a Deputada Elbe Brandão, que ocupa a Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e para o Norte de Minas. Seu trabalho tem sido reconhecido pela população, principalmente do Norte de Minas. Essa região, detentora de um potencial enorme, nunca teve a assistência que merece dos Governos. O Governador Aécio Neves, ao criar essa Secretaria e ao conduzir a Deputada a administrá-la, acertou em cheio, atendendo às aspirações do nosso povo. Com certeza, a Pasta que V. Exa. dirige tão bem não solucionará por si só os problemas do Norte de Minas, mas sabemos que há um desafio muito grande a enfrentar, o qual conhece muito bem. A bancada norte-mineira, nesta legislatura, representada por V. Exa., pela Deputada Ana Maria e pelos Deputados Arlen Santiago, Wanderley Ávila e Gil Pereira, deve encarar esse desafio com muita responsabilidade e otimismo, porque, se não conseguirmos solucionar todos os problemas, pelo menos poderemos encaminhá-los e amenizá-los.

Em meu nome, em nome do meu partido, tão bem representado pela bancada e pelo Líder, Deputado Sebastião Helvécio, em nome da bancada norte-mineira e em nome desta Casa, hipotecamos nossa solidariedade ao seu trabalho. Estamos de mãos dadas para ajudá-la na solução dos problemas do Norte de Minas. Felicidades, Deputada Elbe! Conte conosco.

Voltando ao tema do pronunciamento, Srs. Deputados, sabemos que hoje é o Dia Mundial da Saúde. Por coincidência ou, talvez, ironia do destino, ao sair de Montes Claros hoje, pela manhã, tive como companhia de viagem o Provedor da Santa Casa de Montes Claros, Dr. Elias Siuff, que me tornou ciente de um ofício do Ministério da Saúde, expressando que o Ministério, em programação de trabalho, proíbe qualquer tipo de contratação de obras no setor de saúde pública, suspendendo, por tempo indefinido, os credenciamentos de serviços.

Não entrarei no mérito. Sabemos que o Governo Lula passa por grandes dificuldades. Há de existir responsabilidade com as obras inacabadas, que precisam ser terminadas, e maior controle dos serviços credenciados pelo Ministério da Saúde, e - por que não? - pela Secretaria da Saúde.

Porém, a situação toma caráter de excepcionalidade em Montes Claros, pois três serviços da Santa Casa, que foram autorizados pelo Ministério da Saúde, há pouco mais de 90 dias, serão interrompidos, trazendo prejuízos ao povo do Norte de Minas e Sul da Bahia. Estaremos, na próxima semana, em Brasília, em audiência agendada pelo Deputado Federal Virgílio Guimarães e pelo Vice-Presidente José Alencar. Faremos chegar às mãos do Sr. Ministro nossa preocupação. Foi autorizada a contratação, pela Santa Casa de Montes Claros, do serviço de alimentação parenteral, que não existia no Norte de Minas. A Santa Casa investiu, o serviço já está funcionando, mas a entidade está tendo um "prejuízo" de R\$40.000,00 por mês, porque o SUS não está autorizado a pagar o atendimento. Trata-se do único serviço para atender cerca de 3 milhões de habitantes, que compõem o Norte de Minas, parte do Jequitinhonha e do Sul da Bahia.

Outro serviço autorizado pelo Ministério é o de ressonância magnética. A Santa Casa de Montes Claros investiu R\$1.000.000,00 para a compra de um aparelho de ressonância magnética, adquirido com muito sacrifício, inclusive por intermédio de empréstimos bancários, para trazer esse benefício ao povo de Montes Claros e ao povo norte-mineiro. Mais uma vez a autorização foi cancelada pelo Ministério.

O último credenciamento autorizado, e hoje cancelado, é o serviço de Unidade de Tratamento Intensivo neonatal, o CTI neonatal, no qual a Santa Casa investiu muito, também se utilizando de empréstimos. Montou dez leitos de UTI neonatal. Talvez seja a única UTI em condição de atender a grande demanda do Norte de Minas, mas teve o credenciamento desautorizado pelo Ministério da Saúde.

Se por um lado as dificuldades existem, por outro deve haver a necessidade e o bom-senso para autorizar esses serviços numa região totalmente desprovida de benefícios. Por meio desse decreto seco, sem razão, sem explicação, o Ministério da Saúde está tirando do povo do Norte de Minas, do povo de toda aquela região, a oportunidade de ter acesso a uma medicina de melhor qualidade.

O Deputado Chico Simões (em aparte)\* - Agradeço pelo aparte. Deputado Carlos Pimenta, ouvi atentamente seu pronunciamento. Trata-se de uma política necessária para que possamos levar ao povo brasileiro o muito que precisa na saúde. Não quero justificar nem concordar com o que está acontecendo no Norte de Minas e no Estado como um todo. No Vale do Aço está acontecendo um fato semelhante. Na cidade de Timóteo, há a cobrança para que o Prefeito assuma um compromisso de pagamentos para que o CTI continue aberto.

Precisamos entender não só a responsabilidade de cada um, mas também a situação por que passa o Brasil. Infelizmente, só uma lei é cumprida neste País: a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é intocável para todos nós. Ela já existe há alguns anos, contém artigos importantes, mas outros precisam ser banidos. No entanto, não vamos fazer isso da noite para o dia.

Vamos fazer uma reflexão, pois em Minas Gerais também está acontecendo o mesmo. O Governador precisa deixar de pagar contas do IPSEMG e cortar algumas atividades da área de saúde. Acho, como V. Exa., que precisamos mudar o rumo deste País, para colocar a vida como o patrimônio mais importante, que deve ser respeitado, no entanto, devemos entender que, infelizmente, os orçamentos administrados tanto

pelo Governador como pelo Presidente são instrumentos anteriores.

Mas essa é nossa função. Vamos discutir e, por intermédio do Poder Legislativo, dar um melhor encaminhamento, para que as mudanças ocorram, para que tenhamos uma boa saúde e para que respeitemos outras leis, não apenas a de responsabilidade fiscal.

O Deputado Carlos Pimenta - Deputado Chico Simões, não estamos aqui para tapar o sol com a peneira nem para falsear a verdade. Eu e o Deputado Sebastião Helvécio já fizemos algumas críticas ao setor de saúde. Listei três prioridades para o Estado e pedi que se pronunciassem a respeito. Uma delas é a questão da saúde pública.

Não podemos, em hipótese alguma, passar por cima desse decreto da Secretaria de Assistência à Saúde, do Ministério da Saúde, ele é absolutamente irresponsável, porque, no momento em que sou o gestor, Ministro, Secretário de Saúde e autorizo alguém, como provedor de um hospital, como Prefeito, a investir recursos, a contrair empréstimos, para que possa melhorar a saúde pública, não tenho direito - e ele não tinha o direito - de generalizar os casos e suspender por tempo indeterminado, sem nenhuma possibilidade de analisar caso a caso o que vinha acontecendo.

Estamos aqui para cumprir uma responsabilidade. Acredito que todo o Brasil torça pelo Presidente Lula. Ele, ontem, comemorou 100 dias de Governo, eufórico, mas, na verdade, apesar dessa euforia, precisa rever posições, sim, porque não é possível, não é admissível que se faça um decreto dessa forma, passando por cima de tantos sacrifícios e necessidades.

Faremos reparação sobre qualquer ação do Governo do Estado. Nosso compromisso é com a verdade. Devemos lutar para que ela prevaleça.

Tentaremos sensibilizar o Ministro da Saúde, a fim de procurar fazer com que a equidade e a justiça sejam praticadas. Além disso, preservaremos os cofres públicos federais, as políticas do atual Presidente e, acima de tudo, a necessidade do povo.

Portaria prejudicial a toda uma região foi baixada no Dia Mundial da Saúde. Não traz sentimento de solidariedade, de compromisso da palavra empenhada e principalmente de apoio a um povo que precisa de saúde de alto nível. De uma hora para outra, o Ministério da Saúde joga por terra o trabalho de todo um povo, de toda uma região. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, na semana passada, dois eventos importantes relacionados com a política de segurança alimentar ocorreram em Minas Gerais. Tivemos a posse do Conselho Estadual de Segurança Alimentar - CONSEA-MG -, e esta Casa foi representada pelo Deputado Padre João. A solenidade ocorreu no Palácio da Liberdade, com a presença de vários representantes da área de segurança alimentar. Houve também a realização do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar. É composto por entidades da sociedade civil que, há muitos anos, formulam a política pública em Minas Gerais. Os eventos são importantes, porque Minas Gerais vem, ao longo dos anos, afirmando-se como referência na construção da política de segurança alimentar e nutricional sustentável.

Gostaria de discutir, inicialmente, o conceito de segurança alimentar. Após a eleição para Presidente, Lula colocou a fome como prioridade de Governo. Talvez pela maneira como o assunto foi tratado externamente, muitos reduziram a questão do Programa Fome Zero à mera distribuição de cestas básicas, cartão-alimentação ou valor financeiro. A política de segurança alimentar vai além disso. Trata-se de um conjunto integrado de ações e iniciativas que buscam, em última instância, garantir o acesso da população ao alimento em qualidade e quantidade nutricionalmente adequados e produzidos de maneira sustentável, ou seja, que não comprometa produções para gerações futuras. Essa política é o grande desafio, hoje, no País.

Infelizmente, o Brasil não tem tradição em políticas públicas na área de segurança alimentar. Tivemos, ao longo da história, algumas iniciativas pontuais. Em 1624, no Brasil Colônia, existia, por exemplo, a figura do almotacé, funcionário público municipal, eleito, que fazia o controle do abastecimento, espécie de equilíbrio e repartição dos alimentos disponíveis.

No Brasil Império havia juntas de higiene pública, cujo objetivo era a vigilância sanitária dos alimentos. Na República Velha, tivemos a iniciativa do Comissariado de Alimentação Pública. No entanto, naquele período, em que o liberalismo clássico estava com todo o vigor e ao Estado cabiam funções pouco relevantes, principalmente na questão social - ideologia hegemônica de então -, essa iniciativa foi logo abortada.

Nessa trajetória das políticas de segurança alimentar, ocorreu um fato muito importante, em 1940, no Governo Vargas, que foi a criação do Serviço de Alimentação e Previdência Social - SAPS -, o que deu origem a vários restaurantes populares públicos vinculados a entidades empresariais.

Em 1954, foi criado o Programa Nacional de Merenda Escolar. Durante a ditadura e a transição para a democracia, houve uma sucessão de siglas e programas descontínuos, como PRONAN, PAT, PSA e o tiquete do leite, no Governo Sarney, que tinham vida curta, não se integravam e não constituíam verdadeiras políticas de segurança alimentar.

Em 1992, um fato importante ocorreu: o governo paralelo do candidato derrotado Luiz Inácio Lula da Silva reuniu técnicos, especialistas e representantes de movimentos sociais e apresentou ao então Presidente Itamar Franco - substituído de Collor - uma proposta integrada de segurança alimentar. Com muita sensibilidade, o ex-Presidente Itamar Franco acolheu parte dessa proposta e criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA -, nomeando o Bispo D. Mauro Morelli para dirigi-lo. Algumas ações interessantes foram tomadas, como a descentralização da merenda escolar, que resultou em benefícios para as Prefeituras sérias que abraçaram o programa. Foi criado também um programa nacional de combate à desnutrição infantil, além de outras iniciativas. Nesse período, houve ampla mobilização da sociedade civil brasileira, como na criação do Movimento Ética na Política e da Campanha da Ação e Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, encabeçada pelo saudoso Betinho.

Infelizmente, em 1995, com a posse do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma das primeiras medidas foi a extinção do CONSEA, diminuindo bastante a participação do poder público federal nas políticas de segurança alimentar. Se por um lado o Governo Federal se omitiu, por outro lado a sociedade brasileira continuou sua organização. Em 1994, tivemos a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Em 1998, foi criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Em 1999, em Minas, tivemos a criação do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar. Após sua posse, o ex-Governador Itamar Franco criou o CONSEA mineiro, convidando novamente o Bispo D. Mauro Morelli para presidi-lo.

Em 2001, foi realizada a primeira Conferência Estadual de Segurança Alimentar, com a presença de mais de 400 representantes da sociedade civil, que produziu o documento "Minas Tem Fome de Ação", em que várias propostas, diretrizes e metas foram colocadas para o Governo do Estado.

Após vencer as eleições, o Presidente Lula reapresentou nacionalmente, rememorando e traduzindo em iniciativas práticas o documento do governo paralelo de 1992, um desafio ético para a sociedade brasileira.

Esse desafio foi retratado em documento da CNBB intitulado "Exigências Éticas e Evangélicas para a Superação da Fome e da Miséria". A alimentação é direito sagrado, direito à vida e à cidadania, que não se coloca apenas sob a responsabilidade do mercado, mas também da sociedade e do poder público. E o nosso Presidente, com lucidez e sensibilidade, colocou-nos o desafio da construção de uma política de segurança alimentar e nutricional sustentável, que é o Programa Fome Zero.

O Deputado Roberto Carvalho (em aparte) - Parabenizo V. Exa. ao levantar os grandes problemas nacionais e suas soluções. Aproveito esta oportunidade para homenagear um grande mineiro, nascido em Carmópolis. Hoje, o Diário Oficial do município publicou a aposentadoria de um dos maiores políticos deste País, que tanto serviu e, se Deus quiser, ainda servirá a esta cidade, a esta Minas e ao Brasil, nosso querido Prefeito Célio de Castro. Encontrei-me com ele na semana atrasada. Está se recuperando do acidente. Vamos rezar para que se recupere integralmente, voltando ao nosso convívio.

Quanto ao Programa Fome Zero, esperamos que o Governo Lula realmente combata esse problema, resgatando a dignidade de todos os brasileiros. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão\* - Nosso sempre Prefeito e amigo Célio de Castro - figura pública importante - sempre lutou, juntamente com Patrus Ananias e Fernando Pimentel, para consolidar uma política de segurança alimentar em Belo Horizonte.

Concluindo, acredito que a dimensão maior do Fome Zero seja a elaboração de políticas integradas. Muitos afirmaram que esse programa se restringe à distribuição de cestas básicas. Não se trata disso. Pressupõe reforma agrária, política agrícola, acesso ao micro-crédito, ao crédito agrícola, à tecnologia e ao aperfeiçoamento do sistema de vigilância alimentar e nutricional nos municípios brasileiros. Dom Mauro colocou um desafio para todos nós, ao propor a implementação do SISVAN em todos os municípios mineiros em quatro anos.

O Fome Zero pressupõe ainda a extensão do programa de merenda escolar às creches e pré-escolas, assim como o apoio da merenda no ensino médio, principalmente no interior. Isso ajudará muitos jovens que trabalham durante o dia e não têm acesso à alimentação escolar.

Vários são os desafios que podem ser traduzidos no âmbito do Estado. Registro, com alegria, a posse do CONSEA-MG e a articulação firme do Fórum Estadual de Segurança Alimentar.

Como dissemos na solenidade de posse, esperamos que a prioridade explicitada no discurso do Governador Aécio Neves seja traduzida nas prioridades constantes do PPAG, nas medidas concretas e práticas do Governo Estadual, em construtiva parceria com o Governo Federal. O combate à fome exige ação firme e determinada de todos os poderes públicos, do mercado e da sociedade civil. A fome não espera, tem pressa. Precisamos combatê-la com vigor, esse é o objetivo de tantos militantes da política de segurança alimentar em Minas. Orgulhamo-nos de viver em um Estado de vanguarda nessa política de segurança alimentar e nutricional sustentável. Desejamos êxito ao Governo Lula e aos Governos municipais e estaduais. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Helvécio - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna trazer a esta Casa e ao povo de Minas uma notícia das mais alvissareiras. Em nosso primeiro pronunciamento no início do mês, trouxemos preocupação referente à situação das nossas estradas e propusemos que fosse tomado um rumo diferente para a manutenção e conservação de nossas rodovias. Naquele momento, propusemos ao Ministro dos Transportes que utilizássemos a experiência e a prática da Empresa Municipal de Pavimentação - EMPAV -, do Município de Juiz de Fora, para atuar no sistema. Para nossa satisfação, ontem - tenho certeza de que essa data irá se inserir nos anais da administração pública de Minas - recebemos, em Juiz de Fora, o Ministro Anderson Adauto, que, em nome do Presidente Lula, levou a oportunidade de o município firmar convênio com o Ministério dos Transportes para a conservação e recuperação da BR-267, mais especificamente nos trechos que ligam o Município de Argirita a Olaria. Destaco a importância extraordinária desse fato, porque essa idéia foi apoiada por esta Casa e mostra, de modo pioneiro, como é possível termos um balizamento do custo de manutenção de uma estrada por um órgão público. O Ministro Anderson Adauto, desde seu pronunciamento de posse, despertou muita ira e incômodo em estruturas que se beneficiaram, ao longo do tempo, com essa prática de manutenção do serviço de estradas por meio de empreiteiras que foram se especializando nesse faturamento contra o serviço público.

Mas, felizmente, o Prefeito Tarcísio Delgado conversou com o Ministro Anderson Adauto, e este com o Presidente Lula, e entendeu-se que era hora de se ter novo balizamento, novo referencial, para avaliar adequadamente o preço da manutenção das nossas estradas.

Temos hoje, no sentido patriótico, não apenas o Exército brasileiro trabalhando onde pode recuperar a malha viária, mas também Minas Gerais, e, particularmente, minha cidade de Juiz de Fora, que já foi pioneira na implantação da energia hidrelétrica na América Latina. Tenho certeza de que em poucos anos a EMPAV dará exemplo de como fazer manutenção mais barata, mais eficiente e, o mais importante, prestigiando empresa pública.

Neste momento em que quase toda a hegemonia mundial tenta mostrar a inverdade de que o serviço público não pode ser eficiente, eficaz, é mais caro, mais oneroso que o serviço privado, temos oportunidade única de mostrar a eficiência do poder público também na área de conservação das estradas.

O convênio - só para que todos percebam a importância da abrangência - começa no trecho de acesso do Município de Argirita, nas proximidades de Leopoldina, praticamente no entroncamento com a Rio-Bahia; a partir de Argirita passa por Maripá de Minas, Guarará, chegando a Bicas e fazendo o contorno onde a BR-267 atravessa Juiz de Fora. A recuperação do trecho continuará no sentido da região Sul de Minas, de Caxambu, garantindo condições de segurança para o acesso de Lima Duarte até Olaria.

Esse convênio entre a Prefeitura de Juiz de Fora, sua empresa de pavimentação e o Ministério dos Transportes, no valor de R\$16.000.000,00, demonstra o sentimento do Presidente Lula, a dedicação do Vice-Presidente José Alencar e do Ministro Anderson Adauto, que, nesses bancos da democracia, por mais de 12 anos, defendeu essa participação da causa municipalista. Agora, ocupando o cargo de Ministro dos Transportes, dá exemplo concreto de valorização dessa causa. Por isso, estou muito feliz nesta tarde.

Os idiotas da objetividade, aqueles que acham que o parlamento não serve para o encaminhamento de questões fundamentais, certamente nesta noite, adormecerão preocupados e frustrados. Mais uma vez, a voz do parlamento de Minas apresenta para o Estado e o País solução para tema tão específico e técnico: a conservação de estradas. Atitudes como essa, em que o Ministro Anderson Adauto enfrenta interesses poderosos com coragem, revivem em todos o sentimento de Rui Barbosa, que sempre aliou o seu pensamento para valorizar a causa municipalista.

A prudência e a ousadia caminham juntas na tomada dessa decisão. Certamente a atribuição de órgão municipal para a realização da conservação de cerca de 175km de estrada federal valoriza ainda mais o federalismo. Na BR-040, principal estrada de Minas Gerais, que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte, o trecho entre Juiz de Fora e o acesso ao Município de Oliveira Fortes, será recuperado pela empresa municipal

de pavimentação da Prefeitura de Juiz de Fora.

Em março, no início do nosso quinto mandato, fizemos um relato com o levantamento dos buracos que encontrávamos na estrada a cada quilômetro. Hoje, fizemos o mesmo trecho, porém o nosso coração se encontrava florido. Vínhamos para a Assembléia cientes de que vale a pena ser político, Deputado, e ter a oportunidade de apresentar as reivindicações do nosso povo. A afirmativa de que neste parlamento as vozes dos que não são ouvidos se consubstanciam na presença e na atuação dos Deputados, certamente revigora cada um de nós. Os que fazem ridículas contas do custo de um Deputado para o Estado nesta hora sentirão a importância de um parlamento forte, decidido, atuante e transformador das nossas Minas Gerais.

Relato também outro acontecimento importante ocorrido ontem em Juiz de Fora. Até por coincidência, os dois eventos ocorreram no mesmo dia. Pela manhã, recebemos o Ministro dos Transportes Anderson Adauto, ex-Presidente desta Casa. À noite, reunimo-nos no Cine Teatro Central para comemorar os 150 anos da implantação da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Essa cidade teve peculiaridade muito importante na sua formação. A criação desse município, em 31/5/1850, foi fruto exatamente de mineiros, que, em vez de caminharem para a ação extrativista do ouro, preferiram assentar suas famílias, colocaram o seu coração às margens do rio Paraibuna e edificaram uma cidade maravilhosa. Exatamente no dia 7/4/1853, instalava-se a Câmara Municipal de Juiz de Fora, composta, inicialmente, por apenas seis Vereadores. Ao longo desses 150 anos, vem dando grande contribuição ao povo e à classe política do nosso Estado.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de deixar registrada a minha homenagem não só à comemoração do sesquicentenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora, como também, gostaria de reverenciar de público, os Vereadores dos 853 municípios do Estado. Cada um com a sua sinceridade, autenticidade, construindo no dia-a-dia a força dos parlamentos municipais. Nós, os 77 Deputados, a cada final de semana voltamos às nossas bases e trazemos a esta Casa importantes contribuições para o povo de Minas. Espero que possamos revigorar, para o fortalecimento do Legislativo, o nosso amor pela representação da população e a construção diária da República.

Encerrando, faço saudação especial ao Deputado Carlos Pimenta, que trouxe a esta Casa um tema fundamental: a comemoração do Dia da Saúde.

Quero também, Sr. Presidente, convidar V. Exa., como médico que é, e nesta tarde formalizaremos este convite, para participar, na próxima quinta-feira, às 10 horas, de reunião com os Deputados médicos e os que integram a Comissão de Saúde para recebermos nesta Casa os membros da Associação Brasileira de Educação Médica. Vamos começar a discutir o ensino médico em nosso Estado. Tenho certeza de que se trata de um tema novo, que esta Assembléia abraçará, e de que essa nova visão da educação médica virá juntamente com o que o Deputado Carlos Pimenta falava. Também podemos oferecer à população mineira uma transformação em área tão importante como a da educação médica. Isso é a Assembléia de Minas trabalhando em inúmeras frentes, para que possamos, cada um a sua maneira, representar os nossos eleitores, que confiaram aos Deputados Estaduais mais de 9 milhões de votos nas últimas eleições. Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/4/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Antonio Ruyval Teixeira do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Márcio Passos, Vice-Líder do Bloco Parlamentar - PFL/PPB;

exonerando Débora Almeida do Nascimento do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar - PFL/PPB;

exonerando Marlos Andreucci Itaborahy do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar - PFL/PPB;

exonerando Sandra Aparecida Pereira Vinhal Muzzi do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar - PFL/PPB;

exonerando Vitório Gonçalves Júnior do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Leonardo Quintão, Vice-Líder do Bloco Parlamentar - PFL/PPB;

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Ione Dourado de Campos do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar - PFL/PPB.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2003

Em 10/4/2003, os Srs. Presidente e 1º-Secretário ratificaram, nos termos do art. 26, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a Dispensa de Licitação nº 25/2003, adotada com base no art. 24, IV, do mesmo diploma legal, bem como autorizaram a despesa no valor de R\$30.974,57 em favor da AGF Brasil Seguros S.A., referente ao seguro para aeronave Xingu, ano 1980, prefixo PP-EMN, fabricação EMBRAER, nº de série 121.035.